

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Saúde****Junta de Recursos - SES-MG****Parecer nº 3/SES/GAB-JRECURSOS/2025**

PROCESSO Nº 1320.01.0050162/2022-32

**JUNTA DE RECURSOS DE AUDITORIA ASSISTENCIAL**

ASSUNTO: Análise de Recurso Administrativo

AUDITADO: Sistema Municipal de Saúde

UNIDADE VISITADA: Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO: Sabinópolis

SEI:1320.01.0050162/2022-32

ATIVIDADE SISAUD:714

RECORRENTE:

· Secretaria Municipal de Saúde, representada por sua gestora Sra. M.G.M.S.

**RELATÓRIO**

Trata-se de auditoria assistencial realizada pelas Assessorias Regionais de Auditoria Assistencial – ARAS Leste do Sul e Norte na Secretaria Municipal de Saúde de Sabinópolis/MG, no período compreendido entre 8 a 12/05/2023, em razão de demanda da Diretoria de Processamento e Monitoramento dos Recursos de Média e Alta Complexidade e da Superintendência de Contratualização e Programação da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

Referida auditoria teve por objetivo verificar o processo de regulação, controle, avaliação e autorização do procedimento 04.05.05.037-2 (facoemulsificação com implante de lente intraocular dobrável) realizado no Hospital do município e a existência de fluxo/protocolo de referência para os pacientes que tivessem intercorrências no pós-cirúrgico.

Após a emissão do Relatório Consolidado/Final de Auditoria, foram originados os Ofícios de Notificação SES/GAB-AUDSUS nº362/2024 e nº 363/2024, em virtude da seguinte constatação não conforme, seguida de penalidade, imposta nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24 de agosto de 2011:

1 – Constatação nº666389 – Ausência de profissionais formalmente designados para a função de Autorização de AIH e APAC no município de Sabinópolis.

Penalidade de Advertência Escrita.

#### PARECER

A Secretaria Municipal de Saúde de Sabinópolis apresentou recurso administrativo por meio do Ofício nº 233/2024-SMS, datado de 29/05/2024 (97974503).

Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do Recorrente:

1 – Constatação nº 666389 – Ausência de profissionais formalmente designados para a função de Autorização de AIH e APAC no município de Sabinópolis.

A equipe de auditoria evidenciou:

*“A SMS não dispõe de profissionais autorizadores de AIH (Autorização de Internação Hospitalar) e de APAC (Autorização de Procedimentos de Alto Custo) formalmente designados. O médico E.M.P. se apresentou como médico autorizador de AIH, com acesso ao SUSFácil. Em entrevista, o médico E.M.P. declarou que é concursado do quadro da saúde da Prefeitura de Sabinópolis e desde 2004 tem esta função e faz as autorizações das internações hospitalares, as AIHs. Trabalha no serviço de referência em cardiologia, hanseníase e TBC e ultrassonografia, além da função de autorizador de AIHs. Informou ainda, que sabe sobre a existência dos mutirões, mas não sabe informar como funciona. A Secretária Municipal de Saúde, M.G.M.S., em entrevista, informou que o município não possui documento formal de designação para autorizador.”*

Da legislação que fundamentou as constatações não conformes:

- Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar do SUS - Setembro versão janeiro/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396, de 12 de abril de 2000:

(...)

#### 4. INFORMAÇÃO DO ATENDIMENTO HOSPITALAR NO SUS

(...)

##### 4.3 AUTORIZAÇÃO DE AIH

*O prazo decorrido entre a internação, solicitação da AIH e a autorização do gestor tanto para os casos eletivos como para casos de urgência, é uma decisão do gestor local. O sistema dá uma advertência para prazos acima de 72 horas, mas não bloqueia ou rejeita a AIH. No estabelecimento público o autorizador pode ser o diretor clínico, técnico ou outro profissional designado por ele, a critério do gestor. Na rede complementar, o autorizador deve ser vinculado ao gestor. O gestor deve definir as condições e o local para a autorização e emissão do número da AIH. A digitação dos dados da internação pode ser feita mesmo antes de ter o número da AIH e inserir quando for disponibilizado pelo gestor. São profissionais competentes e responsáveis pelos laudos de solicitação para internação hospitalar: a. Médicos; b. Cirurgiões-dentistas nos casos de autorizações de procedimentos odontológicos; e c. Enfermeiros obstetras, nos casos de autorizações de partos normais realizados por enfermeira*

(...)

##### 4.5. PROFISSIONAL SOLICITANTE, AUTORIZADOR, EXECUTANTE E AUDITOR

*Profissional Solicitante – é o profissional que preencheu o laudo e justificou o tratamento ou a internação. Este profissional pode estar em qualquer estabelecimento prestador do SUS e sua solicitação será avaliada e autorizada por um Órgão Emissor da secretaria de saúde estadual ou municipal. Profissional Autorizador- é o profissional de saúde de nível superior devidamente capacitado e conhecedor dos protocolos clínicos locais e nacionais que avalia a necessidade, a disponibilidade de vagas e a disponibilidade orçamentária para autorizar o tratamento ou a internação solicitada emitindo o número desta autorização. A autorização pode ser realizada através do Módulo Autorizador, SISREG, CNRAC ou qualquer outro instrumento que o gestor utilize para regular o fluxo dos pacientes. Profissional Executante – é o profissional que executa o procedimento no paciente devendo estar cadastrado no estabelecimento onde o paciente está sendo atendido. AUTORIZADOR é diferente de AUDITOR.*

*Autorizador é o profissional responsável por analisar os laudos para emissão de AIH e permitir ou não aquela internação ou aquele procedimento. Esta tarefa é de competência do médico, cirurgião-dentista, nos procedimentos de buco maxilo e enfermeira obstetra em caso de parto normal realizado por enfermeira. Também, a critério do gestor pode autorizar procedimentos especiais.*

*Auditor - Há duas funções básicas ou cargos em que o auditor atua: como auditor médico e como auditor de gestão do SUS. O auditor médico é restrito ao médico, a quem cabe a análise técnica da assistência, mas não a avaliação da ação do profissional. O auditor de gestão do SUS é um profissional de nível superior que é capacitado para avaliar a gestão. Pode ser exercida por profissional de nível superior capacitado. O gestor pode designar os auditores e não é restrito a médicos. Não é permitido que o profissional que solicita a internação atue como o autorizador da AIH da mesma internação, ou seja, o assistente não pode ser o autorizador da AIH. Não há impedimento legal para que um profissional autorizador atue na rede do SUS como assistente, desde que em estabelecimento onde não seja autorizador. (...)*

- Manual de Operação do Sistema de Informação Ambulatorial do SUS – versão 2.0 - Brasília, Distrito Federal - agosto/2016, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396, de 12 de abril de 2000:

(...)

## **2. INTRODUÇÃO AO SIA**

(...)

### **2.5. Procedimentos que exigem autorização**

*Neste caso, o profissional responsável pelo usuário emite o Laudo para Solicitação/Autorização de Procedimentos Ambulatoriais conhecido genericamente como APAC, anteriormente denominado Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade/Custo.*

*O Laudo é o documento que justifica, perante o órgão autorizador, a solicitação de procedimentos que prescindem de autorização prévia. Esse documento deve conter os dados mínimos como dados de identificação do usuário, do profissional que solicitou o procedimento e do autorizador, além de campos para descrever as condições que justificam a solicitação do procedimento, resultados de exames complementares, dados complementares específicos de (oncologia, quimioterapia, radioterapia, nefrologias e acompanhamento pós-cirurgia bariátrica), a hipótese diagnóstica inicial e/ou o diagnóstico definitivo, assim como o código e o nome do estabelecimento de saúde executor.*

*O modelo de informação com dados mínimos para o Laudo para Solicitação/Autorização de Procedimentos Ambulatoriais está disponível no sítio <http://sia.datasus.gov.br>. Contudo, fica facultado aos gestores estaduais ou municipais o acréscimo de variáveis a serem coletadas nos laudos de solicitação/autorização, a fim de atender necessidades locais. Fica a cargo dos gestores estaduais e municipais a criação de formulários para os respectivos laudos, respeitando os dados mínimos obrigatórios, podendo também acrescentar opcionalmente outras informações de relevância para a gestão local. Compete ao gestor local estabelecer o prazo máximo para que sejam concedidas as autorizações, de acordo com a infraestrutura disponível em seus respectivos Serviços de Controle e Avaliação.*

*Os laudos utilizados no SIA/SUS, conforme definições do Art. 1º da Portaria SAS/MS nº 1.011, de 03 de outubro de 2014, podem ser utilizados das seguintes formas:*

*I Em suporte físico, na forma de formulários impressos e armazenados em papel; ou*

*II. Em suporte digital, por meio de sistemas de informação que realizem a emissão e armazenamento das respectivas autorizações, bem como a transação das informações digitais entre os gestores e estabelecimentos de saúde.*

*Quando forem utilizados em suporte físico devem ser legíveis, sem abreviaturas e com a assinatura do profissional solicitante e autorizador com respectivo carimbo.*

*Nos laudos em suporte digital, os autorizadores devem utilizar Certificação Digital, nos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP- Brasil), visando à validade legal destes documentos eletrônicos.*

*O Laudo, quando em suporte físico deve ser impresso em uma via e arquivado junto ao prontuário do paciente. Quando em suporte digital, fica dispensada a impressão, desde que seja possível a sua recuperação por meio de backup, se solicitado pelos órgãos de controle ou de fiscalização. A partir de outubro de 2014, deixa de ser exigido o envio de via impressa do laudo para arquivamento nos órgãos autorizadores das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Os laudos até então armazenados nesses órgãos autorizadores das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde poderão ser descartados. O fluxo para autorização se inicia quando a solicitação é encaminhada ao órgão autorizador, em suporte físico ou digital. O órgão autorizador verifica se o Laudo está corretamente preenchido e se a solicitação procede. Caso as informações constantes no laudo sejam insuficientes para a autorização do procedimento, o autorizador poderá solicitar dados adicionais. Laudos ilegíveis e com abreviaturas podem ser rejeitados pelo profissional autorizador.*

*O responsável pela autorização (autorizador), designado pelo gestor local, preenche os dados obrigatórios, conforme modelo de informação. Assim, os laudos autorizados passam a ter o número da autorização (APAC), que é essencial para o registro das informações no aplicativo de captação do atendimento ambulatorial APAC/Mag.*

*O Ministério da Saúde disponibiliza gratuitamente um aplicativo que gera a numeração de APAC automaticamente, necessitando apenas informar o intervalo da série numérica: o aplicativo AUTORIZADOR. Esse aplicativo é opcional e pode ser feito seu download gratuitamente no site <http://sia.datasus.gov.br>.*

#### *Órgão Emissor/Autorizador*

*São considerados como órgão emissor/autorizador: o nível central das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, seus órgãos administrativos e hospitais públicos. Os profissionais representantes desses órgãos, para serem autorizadores, são designados pelos gestores estaduais e municipais e devem ser profissionais de nível superior da área de saúde, devidamente treinados e com conhecimento das normas específicas dos procedimentos a serem autorizados.*

*Não há impedimento legal para que um médico autorizador seja também um médico assistencial em estabelecimentos que estejam sob a gestão onde ele é autorizador. Contudo, os autorizadores designados pelo gestor devem ter vínculo público, não devendo ter vínculo apenas com hospitais privados ou filantrópicos. Não é permitido que o profissional que solicita a APAC seja o autorizador dessa mesma APAC.*

*O código de órgão emissor/autorizador é elemento indispensável para o controle efetivo das APAC, emitidas pelo gestor, sendo obrigatório o seu preenchimento no aplicativo de APAC Magnético. A Portaria Conjunta SE/SAS nº 23/2004 e a Portaria SAS/MS nº 637 de 11 de novembro de 2005 definem a estrutura e composição do órgão emissor/autorizador. (...)*

- Resolução CIT nº 4 de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a pactuação tripartite acerca das regras relativas às responsabilidades sanitárias no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), para fins de transição entre os processos operacionais do Pacto pela Saúde e a sistemática do Contrato Organizativo da Ação Pública da Saúde (COAP):

(...)

*ANEXO I*  
*RESPONSABILIDADES*

(...)

*4. Responsabilidades na Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria*

*4.1 Municípios*

(...)

*n. Monitorar e fiscalizar a execução dos procedimentos realizados em cada estabelecimento por meio das ações de controle e avaliação hospitalar e ambulatorial;(...)*

Manifestação do Recorrente:

*“Venho respeitosamente informar as medidas que já foram adotadas no que se refere às constatações 666123 e 666389, constantes no relatório consolidado.*

*Considerando estarmos em processo de constante qualificação dos serviços de regulação municipal, foi providenciada a formalização da profissional médica para assumir a função de reguladora de saúde do município, através da solicitação ao SUSFÁCIL por meio do Ofício nº. 139/2024 – SMS em 29/05/2024, encaminhado por e-mail, solicitando senha para profissional Sabrina Gardenia Martins Berto, conforme documento em anexo.*

*Em seguida foi encaminhado ao Hospital São Sebastião o Ofício nº 146/2024 – SMS, datado em 07/06/2024, apresentando a médica reguladora como responsável para autorizações ambulatoriais e hospitalares, conforme o documento que também segue em anexo.”*

Como forma de oferecer suporte probatório às suas alegações o recorrente anexou cópia do ofício de nº 139/2024–SMS solicitando cadastro de nova profissional como autorizadora no SUSFácil (97974557), bem como e-mail solicitando senha de acesso ao sistema (97974558). Assim sendo, consideramos que medidas foram adotadas, visando à correção da constatação não conforme em questão.

## CONCLUSÃO

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista técnico/jurídico.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos e que foi apresentada argumentação válida, acompanhada de documentação apta, ao nosso entender, para justificar a irregularidade identificada (constatação nº666389). Nesse sentido nossa opinião é pelo cancelamento da penalidade aplicada ao ente auditado.

Belo Horizonte, 24 de janeiro de 2025.

1 - Ciente.

2 - De acordo.

3 - Submeto à apreciação da Sra. Chefe de Gabinete desta Secretaria de Estado de Saúde.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **106327356** e o código CRC **30DE38F9**.

---

Referência: Processo nº 1320.01.0050162/2022-32

SEI nº 106327356